

La educación ambiental de base comunitaria que emerge del conflicto con la represa hidroeléctrica de El Peñol, Colombia.

A Educação Ambiental de Base Comunitária que emerge do conflito com a represa hidroeléctrica de El Peñol, Colômbia.¹

Bárbara Pelacani², Carolina Alves de Oliveira³, Celso Sánchez⁴

Resumen. Este estudio de caso se centró en el conflicto socioambiental que viene ocurriendo en la ciudad de El Peñol, en Colombia, cuyas características se aproximan a otros conflictos en América latina, donde comunidades locales enfrentan las injusticias ambientales resultantes de la instalación de grandes emprendimientos, como el caso de la hidroeléctrica El Peñol. Como objetivo del trabajo, buscamos investigar procesos formativos y pedagógicos que se desencadenan en medio de la experiencia de resistencia y organización política de esta comunidad. Para ello, contamos con el referencial de la Educación Ambiental de base Comunitaria, cuya propuesta se alía a la formación y emancipación comunitaria a partir de procesos pedagógicos colectivos que parten de las comunidades. Como metodología de estudio utilizamos la fotoescrivencia, que mezcla experiencias orales e imagéticas, en la búsqueda de narrativas otras, inmersas en la experiencia comunitaria. El conocimiento sobre el conflicto y su historia y el desarrollo de una visión crítica sobre la cuestión socio-ambiental, a partir de la experiencia social colectiva de resistencia a las injusticias socio-ambientales, representan caminos pedagógicos importantes de formación y actuación comunitaria.

Palabras clave: Educación Ambiental; Ecología Política; Conflicto socioambiental; Fotoescrivência.

1 Artigo de Investigação resultado do trabalho de mestrado em Educação finalizado por Bárbara Pelacani junto ao Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur.

2 Mestra em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, investigadora do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur. barbara.pelacani@gmail.com

3 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, investigadora do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur. agoliva86@gmail.com

4 Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, coordenador do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur. celso.sanchez@hotmail.com

The community-based environmental education that emerges of the conflict with the “El Peñol” hydroelectric dam, Colombia.

Abstract. This case study is focused on the socio-environmental conflict that has been taking place in the city of El Peñol, Colombia, whose characteristics are close to other conflicts in Latin America, where local communities face the environmental injustices arising from the installation of large enterprises, such as the case of the El Peñol hydroelectric dam. As a work's goal, we seek to investigate training and pedagogical processes that unfold in the midst of the experience of resistance and political organization of this community. Therefore, we have the reference of the Based Community Environmental Education, whose proposal is allied to the formation and community emancipation from collective pedagogical processes that depart from the communities. As a study methodology, we use photoscrevience, which mixes oral and imagery experiences, in the search for other narratives, immersed in community experience. Knowledge about the conflict and its history and the development of a critical view on the socio-environmental issue, based on the collective social experience of resistance to social and environmental injustices, represent important pedagogical paths of formation and community action.

Key words: Environmental Education; Political Ecology; social environmental conflict ; Fotoescrevivência.

Introdução. Este trabalho consiste num estudo de caso sobre o conflito socioambiental deflagrado em El Peñol na Colômbia e constitui parte de uma pesquisa de mestrado em Educação de Barbara Pelacani, concluída na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2018. Este conflito, iniciado pela construção do complexo hidroelétrico de El Peñol, San Rafael e San Carlos em Medellín, em 1982, se configura como um dos vários conflitos pela água e território, cada vez mais comuns na América Latina, envolvendo comunidades e grandes empreendimentos, com muitas semelhanças estruturais com exemplos no Brasil e outros países latino americanos. Ao adentrarmos nos meandros deste conflito e conhecermos alguns dos sujeitos envolvidos nesse processo lançamos mão de uma ótica específica. Nossa percepção se volta para o papel pedagógico desta experiência, em meio à formação socioambiental e política destes sujeitos. A partir das lentes da Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC), buscamos refletir sobre os processos formativos que se desencadeiam nesse território colombiano em meio à luta desta comunidade por seus direitos socioambientais, que vão aos poucos se configurando como direitos à sobrevivência, direitos a um modo de ser, cada vez mais ameaçado.

Na América Latina, as comunidades locais vêm enfrentando, desde o final do século XX, disputas por diferentes concepções do tão “desejado” desenvolvimento (MERLINSKY, 2017). Este, por sua vez, assume um formato bastante semelhante nos diferentes países de nossa região, baseado, em última análise, em projetos

extrativistas transnacionais (ALIMONDA, 2017), cujas promessas de emprego e resolução dos problemas locais acabam por convencer a opinião pública e as comunidades locais de que o progresso é a solução para o desemprego e as crises sociais (ACSELRAD et. al., 2009). Trata-se do mito do progresso que no entanto, na prática, reafirma diariamente os interesses do capital internacional para esta região do globo: a apropriação das terras e dos bens naturais comuns. Sendo assim, as corporações se utilizam das estratégias de atuação do capital, onde a desterritorialização das comunidades faz parte do preço a ser pago, um processo de acumulação por despossessão (HERRERA, 2017).

Quando a inserção no modelo globalizado ocidental se dá no caminho do desenvolvimento, parte-se do pressuposto de que existe uma fórmula única e universal para que os países subdesenvolvidos superem a pobreza e o atraso, criando uma ideologia que se baseia numa linearidade reducionista da ideia de desenvolvimento e progresso. Desconsideram-se, no entanto, os papéis que são cumpridos pelos empobrecidos para que o sistema permaneça trazendo lucro para os países centrais (CORONIL, 2000). Nesse sistema, a América Latina, mesmo no século XXI, permanece cumprindo função econômica semelhante ao período colonial, de exportação minérios e produtos agrícolas, a partir de uma dinâmica de reordenação estrutural e privatizações, que ficou conhecida como *consenso dos commodities* (SVAMPA, 2013). No entanto, o peso deste modelo de desenvolvimento, vem caindo especialmente sobre as comunidades locais, onde o máximo que se alcança é a modernização do subdesenvolvimento (KOROL, 2015). Salienta-se que nessas comunidades há outras concepções de desenvolvimento e outras formas de ser e existir para além da linearidade reducionista do mito do progresso.

Considerando a insustentabilidade deste modelo extremamente excludente, observou-se na última década, que as mobilizações sociais na América Latina atingiram escalas para além da luta local e ficaram expostas ao debate internacional, evidenciando seu enfretamento aos absurdos cometidos pelo agronegócio, pela indústria da celulose, pela mineração, pela pecuária extensiva e pela privatização da água (MALERBA, 2010). Estes conflitos vêm trazendo a materialidade ao debate ambiental, principalmente através do que Alier (2007) chamou de “Ecologismo dos pobres”, que além de ultrapassar o discurso individualista conservador da preservação, alcança outros patamares políticos ao evidenciar a participação de atores sociais das classes populares na luta socioambiental. Com isso, questões ambientais, agregadas à perspectiva do conflito, vêm sendo incorporadas nas agendas dos movimentos sociais como estratégia de ação popular e democrática na disputa pelo controle e uso dos bens naturais (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013).

Diante destas questões, buscamos exatamente o teor pedagógico que tais conflitos encerram diante da complexidade da questão socioambiental latinoamericana. Como coloca Alier (2007) os conflitos ambientais e sociais estão integrados e são vistos como formativos e pedagógicos – sendo uma categoria de análise essencial

para compreender as lutas que educam. O ativismo ambiental se converte em fonte de conhecimento, pela ação de intérpretes que analisam os dados científicos e o traduzem para uma linguagem acessível à comunidade ou ao movimento. A coordenação entre os saberes locais e a ciência forma agentes que apreendem o vocabulário e as ferramentas práticas, que necessitam para a luta.

Observar o conflito pela água e território relacionado à construção da represa hidroelétrica de El Peñol é uma oportunidade de conhecer formas de organização social e atuação pedagógica em espaços não-formais. Para seguir este caminho iniciaremos apresentando o referencial teórico com a qual baseamos nossas discussões em um terreno de interseção entre a EABC e os conflitos ambientais. A seguir delinearemos uma contextualização sócio-histórica do território do empreendimento de El Peñol. Logo após, apresentaremos nosso percurso metodológico e as observações colhidas em campo. A partir de uma delimitação histórica do conflito e da participação social como potência de resistência dentro deste conflito, enfatizaremos também a visão de uma de suas lideranças 30 anos após a organização do movimento, com os novos contornos do conflito delimitados por processos participativos dentro do Acordo de Paz da Colômbia.

Caminhos teóricos

As bases iniciais de onde partimos para refletir e problematizar ao longo deste trabalho contornam as práticas político-pedagógicas ambientalistas que propõem uma Educação Ambiental outra, neste sentido:

Pode-se dizer que a Educação Ambiental crítica no Brasil foi impulsionada por um contexto histórico politizante e de maior complexidade onde incidiram a redemocratização após duas décadas de ditadura militar; o surgimento de novos movimentos sociais expressando novos conflitos e demandas entre as quais as ambientais; o ambiente favorável da Conferência do Rio em 1992 e o amadurecimento de uma consciência e de uma cultura socioambiental que articulava o desenvolvimento e o meio ambiente, os saberes disciplinares em novas sínteses e as lutas de militâncias ecológicas e sociais até então apartadas por incompreensões de parte a parte. (LAYRARGUES & LIMA, 2014, p.33).

A Educação Ambiental se refere às práticas educativas relacionadas à questão ambiental, que designam uma qualidade pedagógica especial e definem uma classe de características que permitem o reconhecimento de sua identidade (LAYRARGUES, 2004). Diversas são as identidades da Educação Ambiental e suas epistemologias. No presente estudo assumimos como central a Educação Ambiental Crítica (EAC), uma vertente alinhada às teorias sociais críticas. Avesa à neutralidade do conhecimento científico, ela problematiza os papéis dos diversos sujeitos históricos e seus diferentes modos de se comportar na sociedade. Assume, portanto, que nenhum conhecimento é válido por sua pretensa neutralidade, mas por atender às finalidades de liberdade (LOUREIRO, 2006).

Cabe à Educação Ambiental gerar um sentido de responsabilidade social e planetária que considere o lugar ocupado pelos diferentes grupos sociais, a desigualdade no acesso e uso dos bens naturais e nos efeitos desse processo, as diferentes culturas e modos de entender a ameaça à vida no planeta, problematizando as ideologias e interesses existentes por trás dos múltiplos modelos de sociedades sustentáveis que buscam se afirmar no debate ambientalista. (LOUREIRO, 2006, p.66)

Apesar do campo da Educação Ambiental se ampliar e seus debates se aprofundarem (ESCHENHAGEN, 2003; GONZÁLES-GAUDIANO & LORENZETTI, 2009), observa-se que existe um alto número de conflitos socioambientais que segue aumentando. Isto é o que nos motiva neste estudo: compreender o campo e investigar as possibilidades de alimentar a EAC com elementos que possam dar conta de nutrir as realidades locais e ser relevante, de fato, para as comunidades. Neste caminho, seguimos os apontamentos da integração da Ecologia Política com a EAC, ao inserir conceitos-chave como: Democracia, Participação, Conflito, Justiça Ambiental e Transformação Social (LAYRARGUES & LIMA, 2014)

A perspectiva crítica trazida pela Ecologia política, principalmente na América latina, implica em um deslocamento da questão ambiental para a esfera política, onde o estudo dos conflitos socioambientais está fortemente ancorado na crítica às relações coloniais como produtoras de injustiças ambientais e exclusão das comunidades locais (ALIMONDA, 2017). A noção de *zonas de sacrificio*, entendidas territórios segregados onde se concentram de forma desigual os impactos socioambientais que recaem sobre os grupos sociais historicamente oprimidos, é outra contribuição importante trazida pelos movimentos de Justiça Ambiental e contra o Racismo Ambiental que se inserem no âmbito da Ecologia Política (BULLARD, 1994; ACSELRAD et. al., 2009). Nesse sentido, uma outra lógica ambiental é percebida por populações que se veem acuadas pelos avanços dos interesses privados sobre os recursos coletivos, das quais depende sua sobrevivência, como contextualiza Alier (2007):

[...] um interesse material pelo meio ambiente como fonte da condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje. (...) Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos (ALIER, 2007, p.34).

A partir do diálogo entre a EAC e a Ecologia política, que vem sendo travado a partir de experiências pedagógicas comunitárias e populares, emerge a Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC). Apesar de recente, este movimento se insere na busca por transformações sociais, ambientais, políticas e culturais a partir da práxis das comunidades. Como levanta CAMARGO (2017) a precariedade das condições ambientais, o apagamento e invisibilização dos conhecimentos populares, ou mesmo os conflitos marcados pela injustiça, que se deflagram nos mais diversos territórios latino- americanos, vêm ameaçando estilos de vida,

culturas, cosmovisões e formas alternativas de conhecer a natureza. Muitas comunidades, no entanto, vêm procurando processos formativos de capacitação que lhes permitam compreender melhor a complexidade ambiental que os rodeiam, para quem sabe, enfrentar de forma mais eficaz os problemas ambientais em seus territórios (SARRIA et. al., 2018). A EABC, portanto, parece atender este chamado, no que diz respeito à construção de processos formativos outros, que acolham o diálogo entre os saberes (científicos, populares, ancestrais) como forma de contribuir, não apenas para a resolução de problemas ambientais específicos, mas também para a emancipação das comunidades.

É neste ponto que a EABC se aproxima da Educação Popular, tendo Paulo Freire como uma de suas principais referências. Como salientam Sarria et. al. (2018) uma educação ambiental que se diz comunitária precisa considerar as práticas ambientais e pedagógicas que as comunidades já desenvolvem em seus territórios, mesmo que, muitas vezes, estas não sejam reconhecidas como tal, ou mesmo, sejam menosprezadas pelo modelo de ciência dominante. Com isso a EABC assume um compromisso com as experiências, com os saberes e com a cultura popular, cuja ênfase também é dada pela Educação Popular Freireana (FREIRE, 1987). Sendo assim, a práxis das comunidades, dentro dos conflitos socioambientais e das resistências (ou simplesmente existência) nos territórios se apresenta como o substrato essencial para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Assumindo a pedagogia freiriana como inspiração (FREIRE, 1987; 1992; FREIRE e NOGUEIRA, 1993) este, trabalho pedagógico se baseia em ler o mundo a partir daquilo que a comunidade “já sabe” (por sua experiência concreta e territorializada) avançando no sentido do “saber mais” do “ser mais”, através de processos dialógicos que englobam a troca de saberes, a interculturalidade, a interdisciplinaridade, entre outros (SARRIA et. al., 2018).

Para o Grupo de Estudos em Educação Ambiental *desde el Sur* (GEASur), que há algum tempo vem investigando experiências que se encaixam nesta proposta comunitária de Educação Ambiental no Brasil (CAMARGO, 2017; STORTTI e SÁNCHEZ, 2017; OLIVEIRA e SÁNCHEZ, 2018; SILVA et. al., 2018; PELACANI, 2018) alguns apontamentos já se anunciam como estratégicos para o desenvolvimento deste processos pedagógicos comunitários. Dentre eles destacamos alguns:

- 1) El contexto geopolítico latinoamericano; 2) el Legado de las luchas sociales de América Latina como base político-teóricometodológica para pensar una Educación Ambiental no-norte-eurocentrica; 3) Historias de vida, memoria oral, cultura popular y saberes locales como elementos estructurantes de las propuestas educativas, así como la visión de una educación ambiental capaz de auxiliar en la protección del patrimonio inmaterial de las comunidades [...] 6) la visión de la Educación Ambiental como una herramienta de gestión popular de los recursos naturales; 7) Paulo Freire como referencial teórico-metodológico-político para la praxis de Educación Ambiental; 8) Educación Ambiental para la Justicia Socioambiental; 9) Investigación sentimental, investigación comprometida

con la realidad social; 10) una propuesta Educativa que articula concepciones de Educación No Formal, Educación Formal y Educación Informal [...] 12) Importancia de la Dimensión Inmaterial de las relaciones entre Humanos y Naturaleza, con destaque a la Espiritualidad ya la Trascendencia como elementos dialogantes con el campo de la Educación Ambiental.” (SARRIA et. al., 2018, p. 69)

Partindo desta perspectiva teórica apresentamos uma breve contextualização de nosso caso de estudo, que engloba circunstâncias mais amplas, que nos ajudam a entender o conflito de El Peñol de uma forma mais profunda.

Um contexto de conflitos

A conjuntura atual da Colômbia, momento espaço-temporal onde se desenvolve esta pesquisa, merece destaque por viver um processo político chamado de Acordo de Paz, em que se busca o fim do conflito armado que se iniciou na década de 60. O conflito armado na Colômbia, amplamente conectado com as lutas pela terra, passa pela formação das guerrilhas. Diante de uma polarização entre liberais e conservadores, precursora do conflito, os movimentos sociais buscam outros formatos para manifestar-se, isso se dá através da formação de guerrilhas marxistas-leninista com a intenção da libertação nacional e social. São estas: Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - FARC (1964); Ejército de Liberación Nacional - ELN (1965) y el Ejército de Liberación Popular - EPL (1967); Movimiento 19 de Abril - M-19 (década de 70). Estes movimentos armados lutavam pelos direitos da população colombiana e foram amplamente confrontados pelos paramilitares. Estes paramilitares surgem como um poder paralelo e justificam suas ações em defesa da população contra a guerrilha, mas, em verdade, se constituem como parte de um projeto econômico e político de garantia de direitos da população privilegiada. Com objetivo de abrir o setor rural para a entrada do investimento estrangeiro e privado, como a construção de represas e mineração, os paramilitares provocam a expulsão de camponesas e camponeses de suas terras.

Desde meados dos anos oitenta, Colômbia experimentou um forte escalonamento do conflito, que se expressou com o aumento de ataques e atividades armadas dos grupos insurgentes e ilegais, estes grupos se fortaleceram com fontes de financiamento como o sequestro, narcotráfico e extorsão. (REVOLLO-PARDO, 2016. p. 67)

A imersão no território colombiano leva ao conhecimento das (in)justiças ambientais que ali se passam, na conjuntura de conflito apresentada. Como o caso da Represa Hidroelétrica El Peñol de Medellín. Um paralelo deste caso insere a percepção dos projetos de desenvolvimento que ocorrem historicamente da América Latina, impactando as comunidades em prol de interesses políticos e econômicos, onde a disputa pela água e território se torna presente. Neste sentido, a descrição dos processos do movimento social das Juntas Cívicas traz contribuições para o estudo das EABC.

Apresentando dados históricos da construção da represa *El Peñol* voltamos à década de 70, quando 78 represas foram construídas, dentre as quais *El Peñol*, uma das maiores da Colômbia, localizada em Medellín. Faz parte de uma das cadeias hidráulicas que mais aporta energia do sistema e, deste modo, contribui para a oferta energética do país durante todo o ano. As *Empresas Públicas de Medellín (EPM)* são responsáveis pela construção do complexo hidroelétrico de *El Peñol, San Rafael e San Carlos* – que, em 1982, produzia mais de 20% da energia hidráulica nacional. Para sua construção foram desapropriados 30 mil habitantes, sem compensação financeira por perda de território, somente entregaram casas aos atingidos, ocasionando um deslocamento urbano. No período dos anos 70 se iniciam uma série de conflitos responsáveis pela reconfiguração do oriente *antioqueño* (GARCÍA, 2007). O conflito aqui analisado se deflagra na década de 80, quando a *EPM* começa a vender a energia mais cara para os moradores do território onde esta era produzida. A partir deste evento, no oriente *antioqueño*, se forma o Movimento Cívico regional, a fim de defender os interesses da população por serviços públicos, em especial a redução da tarifa de energia.

O desenvolvimento gerado pela produção energética não reduziu as desigualdades sociais. Esperava-se criar uma nova e forte atividade econômica para os camponeses, através da vocação turística do reservatório. O que não ocorreu, já que o território agrícola foi alagado e os agricultores não tinham vocação e relação cultural com o turismo. Esta atividade foi afetada também pela violência com a chegada de grupos armados, principalmente pela repressão onde havia movimentos de resistência aos projetos do Estado. A transformação social se manifesta na luta dos agricultores e camponeses por seus direitos, gerando um movimento social reivindicativo (SÁNCHEZ, 2013). As Juntas Cívicas foram então conformadas como conselhos participativos nos municípios e promoveram iniciativas de regionalização na busca pelos direitos destas populações. Assim, surgiu a Assembleia Geral das Juntas Cívicas do Oriente, que buscava uma saída regional frente aos problemas com a *EPM*. O antecedente histórico de tal mobilização parte do processo de *Guatapé e El Peñol*, onde os camponeses, agricultores e moradores da cidade entraram em confronto com a empresa que executou a construção projeto hidrelétrico, devido aos impactos gerados e o processo arbitrário de negociação com a comunidade (SÁNCHEZ, 2013. p. 42).

O conflito de *El Peñol* é definido após a maioria das famílias camponesas terem sido despojadas de seus territórios em virtude da construção da barragem, criando uma situação de pobreza e perda de identidade. Situação oposta à ocorrida com a empresa, que acumulou grandes somas de capital com o monopólio da venda de energia e um baixo custo de produção do quilowatt (OLAYA, 2012). Com esta dualidade, o conflito começa a se reconfigurar, sendo seu marco inicial o aumento das tarifas cobradas nas regiões mais afetadas, onde a energia passou a ser produzida. Em 1981, a *Electrificadora de Antioquia* emitiu uma circular com a notificação da subida gradual das taxas de energia, até 35% em toda a região Leste de Antioquia. As contas começaram a chegar com uma sobretaxa de 9%

no início 1982, o que criou um mal-estar geral entre os cidadãos. Isto resultou na convocação de assembleias nos diferentes municípios da região, onde se constituíram Juntas Cívicas encarregadas de reunir porta-vozes dos usuários civis, opondo-se à medida (OLAYA, 2012. p.98). Nas assembleias populares comunitárias foi nomeada uma Junta Cívica com representantes de vários setores sociais (comerciantes, professores, estudantes e grupos de agricultores atingidos). A Junta Cívica exercia um papel nas negociações com os membros do governo e das empresas do setor de eletricidade. “Eles consideraram que através da pressão social conseguiriam modificar a atitude arrogante com que os governantes tratavam o problema e, finalmente, obteriam ao final uma resposta positiva diante das demandas populares” (OLAYA, 2012. p. 82).

O Movimento Cívico Regional, com representantes das Juntas Cívicas dos municípios do altiplano oriental, convocou um encontro regional no município de Rionegro, com o objetivo de coordenar mecanismos para pressionar a empresa. No evento, foi acordada a realização de reuniões, adoção da decisão de não pagar contas e reconectar a distribuição de energia a quem fosse suspensa. Também foi decidido exigir a prestação de serviço através da *EPM* (OLAYA, 2012). Configurasse assim um movimento regional de resistência e desobediência civil contra o setor hidroelétrico pelos direitos coletivos na Colômbia. Esse é um movimento contra a política do Estado, que agora inclui alguns argumentos do discurso chave anteriormente construídos por movimentos cívicos locais, colocando-os como centro político e reiteração histórica do que significou o Estado para a região: as “decisões tomadas a partir de fora da região”, “imposta sem consulta” e que gerou “enormes danos”; e agora as tarifas impostas se afirmam como “injustas”, o que significa mais custos para o já substancial que eles têm de suportar para produzir energia para outros (GARCÍA, 2007. p. 139).

Tal movimento gera uma identificação sociopolítica a partir de uma unidade socioespacial definida pelo conflito no território de Antioquia. Nesse sentido é construído de baixo, dos pequenos setores da comunidade, um coletivo capaz de pensar sua região, lutar contra as autoridades públicas e buscar seus direitos. O território se posiciona para além do poder de departamento, se situa através das Juntas Cívicas no âmbito nacional e global, na disputa pelo poder econômico e político (GARCÍA, 2007). Como este era um período de repressão e violência na Colômbia devido ao conflito armado, as assembleias populares, promovidas pelas juntas cívicas, foram então proibidas em vários municípios, com detenções, prisões e mortes dos promotores do movimento. Apesar desta situação, as Juntas Cívicas cada dia obtinham maior respaldo.

Em junho de 1982, depois de cinco meses de conflito, em uma assembleia realizada na cidade de Marinilla, foi oficialmente constituída a Coordenadoria Regional das Juntas Cívicas Pro- Defesa dos Usuários de Energia, composto por representantes de cada uma das Juntas Cívicas municipais oficialmente estabelecidas presentes no evento. A este organismo foi confiada a tarefa de levar um porta-voz para o governo departamental, com a exigência de liquidar a eletrificadora e tramitar a

suspensão de cortes de energia, assim como a prestação de serviços prestado pela EPM (OLAYA, 2012 . p. 99). O governo e a EPM se negaram a dialogar com representantes do Movimento Cívico, mesmo com sua força política, validade e representatividade dos atingidos pela hidroelétrica. Com isso, no ano de 1982, se iniciaram as greves cívicas regionais contra a empresa que se recusou a atender as solicitações dos usuários. Com três greves cívicas regionais, o movimento e as ações de resistência são fortalecidos e, com isso, aumenta a repressão, com assassinato dos principais líderes.

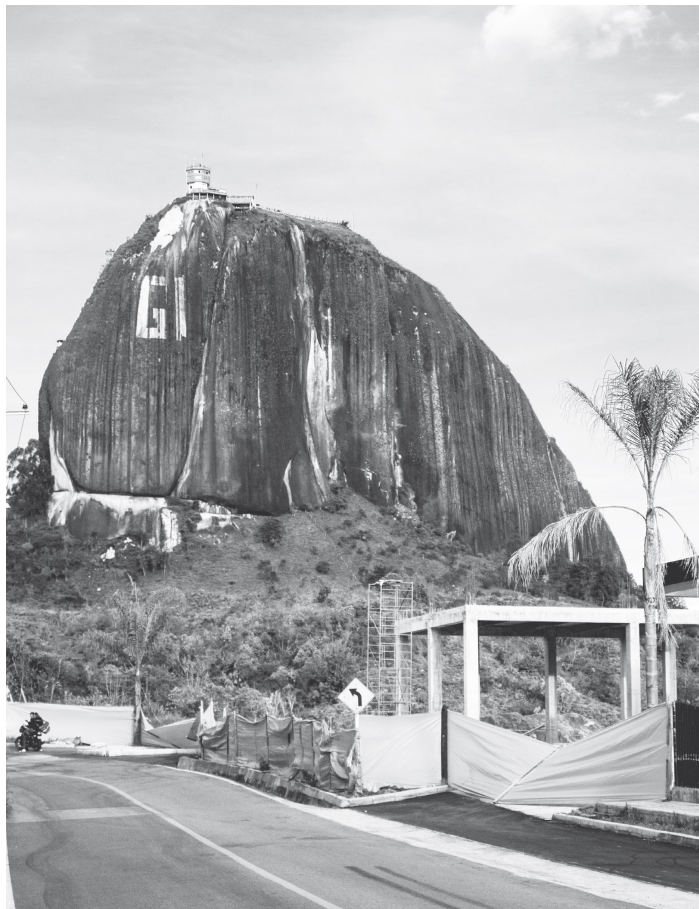
As greves cívicas no oriente da Antioquia, tanto regionais e locais, denotaram grande capacidade de organização e mobilização, mas os governantes, departamentais e nacionais, representantes dos interesses dos grandes grupos econômicos, ignoraram os pedidos do povo. Eles deixaram os dias passar sem satisfazer as justas exigências, desgastando o protesto porque não estavam dispostos a governar de acordo com as necessidades e aspirações populares (OLAYA, 2012. p. 124). Com esses movimentos, as Juntas Cívicas alcançaram a redução do custo da energia e com essa conquista popular se reordenaram. O fortalecimento do movimento é inserido na política local a partir das eleições para prefeitos na década de 80. Após as mortes de lideranças e remobilizações sociais, os movimentos conquistam lugares de poder e puderam realizar governos participativos nos moldes das Juntas Cívicas (Professor Juan Carlos Vallejo, popular prefeito de La Union eleito pelo partido Liberal nos anos 90, em entrevista realizada por Bárbara Pelacani em outubro de 2016 em Manizales/Colômbia).

Caminhos metodológicos

O caso de El Peñol, em Medellín foi vivenciado a partir da participação da reunião comunitária com a defensoria pública da Colômbia em outubro de 2016 com a retomada do encontro do movimento social das Juntas Cívicas, para garantir o direito de reparação das vítimas do conflito armado, que engloba o conflito socioambiental aqui descrito por sua relação com os grandes projetos de desenvolvimento e a violação dos direitos humanos. Ali, aos poucos, se descortinou a história do conflito pela água e território, através de algumas entrevistas e dos depoimentos da memória de uma luta de **décadas**.

O trabalho aqui apresentado se utiliza da metodologia das fotoescrivências com base na narrativa imagética para descrever e analisar a participação na reunião e as informações que dali emergiram. A fotografia aparece como um dispositivo para a prática de processos dialógicos, inspirados na pedagogia Freireana, com comunidades acerca de temáticas socioambientais. A integração das imagens com a narrativa se dá com base na ideia das “Escrivências” da professora Conceição (2017). Esta proposta tem uma perspectiva afro-centrada, com influência das tradições de matriz africana. Em seus escritos Evaristo traz a descrição do que se vive como uma ponte para contar trajetórias antes invisibilizadas, trancadas nos quartos de empregada, poetizando histórias de mulheres negras. Influências tais que se alinham com a perspectiva de oprimido e opressor trazida por Paulo Freire

ao pensar uma educação libertadora a partir da ruptura de tais moldes. A EABC bebe dessas fontes e propõe uma metodologia *desde el Sur*, fruto do encontro com os oprimidos. A união da fotografia com as “Escrevivências” aponta para a criação de narrativas outras a partir de olhares outros, em dissonância com a ciência eugênica, positivista e patriarcal que guia concepções conservadoras da educação ambiental. O destaque para a história marginal comunitária posiciona a fotoescrevivência enquanto metodologia de coleta de dados e resultado educativo libertador de formação do sujeito histórico. Sendo assim, as fotoescrevivências são processos metodológicos que provocam a imersão nos dados do campo, ao passo que são o resultado da análise das informações obtidas, materializados enquanto registros investigativos (PELACANI, 2018). Com a metodologia da fotoescrevivência, o caminhar e descrever o conflito pode ser transcrito como o resultado de observação de reuniões, pontos turísticos e museus, apresentados como a narrativa visual a seguir.



Un camino se empieza en un tiempo y espacio determinados por una mirada social de mi historia, de la historia de un país, de un peñol y muchos pueblos desplazados por un sistema capitalista en expansión. Es la propuesta de otra mirada para el mundo, una mirada a partir de la lente de la cámara, desde la perspectiva de los oprimidos.

Soy de Brasil, estoy en Colombia en el intercambio de la maestría en Educación Ambiental. En el camino descrito parto de Medellín rumbo a El Peñol para participar de la reunión de la defensoría del pueblo con las comunidades afectadas por la construcción y llenado del embalse de El Peñol. En el bus me acompaña el amigo Juan Carlos que me cuenta acerca de las historias de lucha de Colombia. Dictando al ritmo del viaje, como una canción a veces triste y otras fuerte, como un grito que alcanza salir del pecho, como una suave melodía. La narrativa de la independencia de Colombia fue acompañada por el campaneo de la iglesia en el camino, que suena apresada como el habla de Juan. Ambos tienen algo que contar, sin más tiempo que esperar. Su relato me transportó en un sueño histórico de guerrillas políticas y masacres de campesinos. Aquel que me toca, me despierta para un territorio de lucha y resistencia. Él me situó en el viaje por los departamentos, con un mapa imaginario descrito por mi amigo, donde se encuentra la historia de El Peñol.



La ciudad del Nuevo Peñol me recibe con viento fresco, sol y cielo azul. Flores rojas y amarillas que me parecen sonreír. La enseñanza del camino sale de la aceleración del bus para el recorrido que se hace en un solo punto: el espacio de la reunión. De donde veo los dos peñoles: El que se parece a la roca del pan de azúcar de Rio de Janeiro y el otro, el que toca al pueblo reubicado para camuflar la memoria y olvidar su territorio.

Como guía en esa caminata está la gente, estudiantes, hombres y mujeres campesinos, los representantes del movimiento social. Escritores, me regalan sus libros, me cuentan del museo de la memoria, del plan maestro de la iglesia y la comunidad con las empresas de servicios públicos para la construcción del Nuevo Peñol a causa de la pérdida del Viejo Peñol - los mismos dos que alcanzo mirar desde ese punto del recorrido.

Les cuento de mi busca por comprender los procesos educativos de la resistencia. Les pregunto por las juntas y el movimiento cívico. Miro a través de las instituciones, de los rostros de la gente, las posibilidades de luchar por los derechos frente a lo que se impone sobre el territorio desde el gran capital. En este caso producción a gran escala de energía eléctrica para las grandes urbes, proceso de una urbanización en conflicto con el derecho que el pueblo tiene de habitar y producir en sus tierras. Un caso de injusticia hídrica que se conecta con otros en toda América Latina.

El reconocimiento de ese grupo como sujeto colectivo víctima del conflicto armado es un proceso participativo, donde los hechos victimizantes se demuestran a partir de los marcos históricos en una línea del tiempo. A partir del reconocimiento de la violación de los derechos se piensan las medidas de reparación. Algo sencillo descrito así, a partir de palabras técnicas. Solo la línea del tiempo y las instrucciones largas y precisas de la mediadora del pueblo me acompañan.

Lo que sucedió aquí se cuenta por números de muertos, por nombres de desaparecidos, por historias de desplazamiento de territorios, de masacres de pueblos, de miedo de las mujeres y hombres, de aquellos que sobrevivieron a una guerra, a opresiones morales, físicas y armadas. La destrucción de sus comunidades y de sus vidas. Gente que dejó de creer en el poder popular, después de tanta lucha. Ahora regresan, en ese punto se encuentran y rescatan sus historias y las ganas de reconocer que sus hechos hacen parte de una larga caminata de injusticia, que ahora busca la construcción de otra Colombia.

Se identifican en el proceso participativo las amenazas e impactos sociales. Emerge la cuestión de las mujeres campesinas. Ellas se posicionan, el conflicto les presiona. Me toca pensar que el conflicto armado tiene cuerpo de mujer. Principalmente a causa de los delitos contra la libertad sexual, además de quitar la tierra a la gente



La participación marca la cartografía de esa fotografía descriptiva, como un sendero construido por muchas manos y herramientas. Desde los paros cívicos en la década de 80, contra la empresa de energía, cuyas obras desplazaron las comunidades y luego empezó a cobrar la distribución eléctrica con tarifas más costosas para ellas que para los centros urbanos beneficiados con el suministro de energía eléctrica. Por los derechos colectivos la gente se organizó, la gente participó del ejercicio político y por eso mataron a muchos dirigentes. Luego ganaron las elecciones para varias alcaldías, hicieron gobiernos junto a las instancias de participación de la sociedad. Hoy algunos están en procesos con el gobierno para descubrir cómo se ven. Lo que pueden y quieren hacer en un proceso de justicia transicional.



La ciudad construida fue inspirada en un pasado, que se mezcla con el presente al crear algo sin identidad. Percibo eso cuando llego al museo y miro la historia contada con arte. La fotografía y las pinturas expuestas se agregan a las imágenes que mi mente buscó crear a partir de los relatos. Las casas destruidas, el cementerio con el desplazamiento de los cuerpos, los niños mirando el agua llenando el embalse, llenando las calles del viejo pueblo y finalmente llegando agua hasta la cruz del frente de la iglesia. El arte cuenta la mitología y las creencias de la gente que fue desplazada. Marcas del pasado que me conectan con en el presente.

Seguimos hasta el peñol, donde era el viejo poblado. Busco mirar para donde se pasó lo que imaginé y escuché. En busca de poner mis pies y mis sentidos en ese territorio. En verdad, lo que encuentro es un atractivo turístico internacional de masas populares.



El fin de semana festivo se pasa con ese caminar. La gente de todo el mundo se aglomera en el embalse de El Peñol y su vecino pueblo de Guatapé, en el lugar para mirar todo el lago artificial. En las marinas, se ven alrededor los barcos, lanchas y jetskis. Adentro del agua los juguetes acuáticos, paseos con música y clima de fiesta. Al rededor las familias y los jóvenes comen, escuchan música colombiana y compran las artesanías casi industrializadas. Nadie parece saber lo que pasó allí; no lo saben.



El avance del capitalismo se mira en esa ruptura de lo real. Con el turismo de la alienación de la masa. Un turismo donde el museo sigue lleno de historia y vacío de gente. La historia de la vida de los que allí habitaban sigue intentando ser ahogada.

Esta caminata no está aislada en el pasado, en este momento les cuento de la conexión con el presente. Camino en tiempos de paz. En tiempos de acuerdos de paz nos encontramos. El gobierno y las FARC⁵ firmarán un acuerdo de no más fuego. El pueblo va a ser consultado si quiere o no la paz en Colombia. Hay campañas para el Sí y para el No a la paz. En la reunión del movimiento cívico del oriente antioqueño la voz es por el Sí a la paz. Junto con en ese acuerdo son planeadas políticas de reparación a las víctimas de los conflictos; lo que se pasó en la reunión que estuve.

Las imágenes descritas revelan la historia contada, demuestran lo que ya no existe más. Registro de otro tiempo donde el derecho de unos fue destruido por el interés de otros. La aceptación del otro es la apertura para comprender su caminata, la línea del tiempo nos cuenta una historia bien marcada. Salgo de este recorrido con un aprendizaje profundo de lo que es luchar por los derechos. Con la comprensión de lo que se aprende en el movimiento social. La importancia de caminar con los sentidos despiertos y de buscar nuevas formas para expresar un contenido delimitado. El Peñol me invito a conocer las potencias de la integración entre el humano y la naturaleza. Una relación intrínseca de lucha, pedagogía y participación.

5 Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

Resultados e reflexões

Ao dialogar com as lideranças das Juntas Cívicas foi possível compreender melhor alguns pontos da própria práxis que se desenvolveu ao longo desta luta, incluindo uma práxis pedagógica comunitária. Com isso, descobrimos que atualmente, o Movimento Cívico luta pela restituição dos direitos violados na época da violência na Colômbia, reconhecendo, com o suporte do poder público, que a história de repressão da representatividade camponesa caminhou junto com o conflito civil armado colombiano; parte dos processos de paz que se encaminham no âmbito político tem como meta compensar as comunidades por tal conflito, no processo de Justiça Transicional.

É possível observar, que neste movimento, a busca é por se contar a história de luta e resistência, não só ao narrar sua memória, mas também por capacitar os jovens para compreender a história do território. Este ponto é uma indicação de como o Movimento Cívico vê o papel da educação na luta, com objetivo de ampliar a capacidade de análise do contexto colombiano contemporâneo a partir de uma reflexão sobre a memória das lutas pelos direitos, compreendendo que El Peñol teve seu povo sacrificado em prol do desenvolvimento e progresso do país. Como podemos observar na seguinte reflexão de Juan Carlos sobre os espaços de educação que emergem da luta.

Eu sinto e o que experimentei é que a educação se deu em torno dos processos organizacionais, (...) em torno das Juntas houve uma série de atividades organizativas e de capacitação, porque a luta finalmente nos levou à necessidade de entender o que era o setor elétrico, como o setor elétrico funcionava, então começamos a procurar fontes de informação, a documentá-las, porque houve grandes debates a nível local nesses departamentos e no nível nacional. (...) Mas penso que mais no fundo, a pedagogia que surgiu aí surgia dos processos organizacionais e dos empoderamentos que as comunidades tinham para reivindicar os direitos que sentimos que estavam sendo violados. E isso nos levou até mesmo a dar um passo depois que alcançamos uma medida de compensação, que foi a criação de uma corporação ambiental que destinaria recursos para devolver a esses municípios e essas comunidades algumas recompensas na parte ambiental do desenvolvimento. Esses movimentos lutaram por um espaço de participação política (...). Então nossos movimentos naquela época estavam muito maduros e nós começamos a dar um passo na formação na educação, e dissemos: vamos conhecer o estado desde dentro e vamos competir e vamos nos posicionar nele. E se deu outro espaço educativo, porque começamos a estudar não só a questão elétrica dos serviços públicos, mas também como se maneja o estado para poder participar desses processos eleitorais e penso que aí houve outro processo pedagógico e outra aprendizagem a nível comunitário. (Professor Juan Carlos Vallejo, em entrevista realizada por Bárbara Pelacani em outubro de 2016 em Manizales/Colômbia).

O professor Juan Carlos Vallejo, popular prefeito de La Union eleito pelo partido Liberal nos anos 90, trata de uma aprendizagem ambiental comunitária que se organiza frente à construção da represa hidroelétrica. Esta educação parte da

necessidade de compreender o conflito, de uma capacitação sobre os efeitos dos projetos de desenvolvimento. Da parte “teórica” emerge a urgência da prática, processos organizacionais se iniciam enquanto os agricultores e agricultoras reivindicam seus direitos, chegando a ter compensações. E então se dá a ação, na busca por espaços participativos, buscam como se manejar o estado desde dentro, através do processo eleitoral para os municípios, recém implementado na época.

Não são processos formativos formais que ali se desenvolvem, mas uma educação que ocorre implicitamente em torno das reivindicações que as comunidades estavam fazendo em cada uma das etapas vividas, em busca de seus direitos. O movimento social entendeu, a partir da luta, que a água e o território eram grandes riquezas ambientais que eles tinham. Este pensamento se aproxima do “Ecologismo dos Pobres” de Martinez Alier (2007), onde a questão ambiental está entrelaçada à sobrevivência e aos direitos dos grupos populares. As comunidades se empoderaram na proteção do seu recurso hídrico e energético quando a empresa hidroelétrica começa a se utilizar de seu bem para prover outra região que necessitava do recurso, mas sem deixar uma compensação equitativa para o local, demarcando Zonas de Sacrifício em um caso de injustiça socioambiental. Segundo Juan Carlos Vallejo, a comunidade organizada no Movimento Cívico é mais resistente por ter mais consciência dos recursos naturais que tem o território. Para Merlinsky (2017) as diversas formas de mobilização socioambiental que vem acontecendo na América Latina, ao se opor às atividades intensivas de extração de recursos, atividades poluidoras e utilização privada de recursos comuns, também possibilitam processos criativos de participação política onde novas percepções surgem de construções sociais coletivas. Esta perspectiva vai de encontro com o que é defendido em uma EABC, enquanto potência de atuação popular e democrática (SARRIA et. al., 2018).

Os conflitos permitem que os sujeitos observem o contexto socioambiental, econômico e político no qual se encontram, para, a partir daí, decifrar o sistema-mundo moderno colonial e buscar conhecimentos – que servirão de informação e os capacita para os processos de atuação e resistência. O encontro com os movimentos sociais é essencial por expor a materialidade, por trazerem a tona e enfrentarem a incongruidade do sistema capitalista diante dos conflitos socioambientais, como demarca a EAC (LOUREIRO, 2012). Por isso, a importância de preparar junto com a comunidade um planejamento e construção de uma sociedade democrática, para a qual a educação provoca o protagonismo dos indivíduos. Em uma EABC deve-se preconizar processos formativos políticos através de intervenção social nos territórios, no respeito aos direitos humanos, com a valorização da participação das organizações da sociedade, em especial os movimentos sociais, nos espaços democráticos. A busca por estas integrações como utopia socioambiental parte da compreensão das lutas travadas nos seios dos territórios para instituir liberdades e fortalecer seres autônomos em prol dos direitos coletivos no exercício político, como aparece na análise do processo participativo comunitário descrito na fotoescrivência. A EABC inspira-se em uma visão de integração entre os

países, entre homens e mulheres, entre grupos étnicos e setores sociais, entre as comunidades urbanas e as rurais, entre crianças, jovens, adultos e idosos, entre os pesquisadores universitários e os sábios comunitários (SARRIA, et. al. 2017). O conflito de El Peñol é um caso de acumulação por despossessão (HERRERA, 2017) que aponta para a resistência a partir da organização popular, destacando o aprendizado que se configura com a compreensão da história da luta e da formação de sujeitos políticos.

Referências

- ACSELRAD, H.; MELLO, C.C. do A.; & BEZERRA, G. das N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALIMONDA, H. En clave de sur: la Ecología Política Latinoamericana y el pensamiento crítico. In: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C. T; MARTÍN, F. (Org.). Ecología Política Latinoamericana. Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, v.1, p. 33- 49, 2017.
- BULLARD, R. Unequal Protection: Environmental Justice and Communities of Color. San Francisco: Sierra Club, 1994.
- CAMARGO, D. R. Lendas, Rezas e Garrafadas: Educação ambiental de base comunitária e os saberes locais no vale do Jequitinhonha. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- CORONIL, Fernando. Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- EVARISTO, C “Escrevivência” a escrita que nasce das vivências. Conexão Literatura, nº24, 2017. P5-10. Disponível em <http://www.fabricadeebooks.com.br/conexao_literatura24.pdf>. Acesso em 2 de maio de 2017.
- ESCHENHAGEN, M.L.D. (2003) El estado del arte de la educación ambiental y problemas a los que se está enfrentando. En: Memorias del II Encuentro Metropolitano de Educación Ambiental, Toluca-México.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1987.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GARCÍA, C.I. *Conflicto, discursos y reconfiguración regional. El oriente antioqueño: de la Violencia de los cincuenta al Laboratorio de Paz*, 2007. *Controversia* no. 189. Bogotá : IPC, FNC, CINEP, CR, ENS. diciembre 2007.
- GONZÁLES-GAUDIANO, E.; LORENZETTI, L. *Investigação em educação ambiental na América Latina: mapeando tendências*. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 191-211, dez. 2009.
- HERRERA, B. *Potencialidades e limites de conselhos de unidades de conservação: considerações sobre a implantação do Comperj na região do Mosaico Central Fluminense*. 292f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2017.
- KOROL, Claudia. *Somos tierra, semilha, rebeldia. Mujeres, tierra y territorio em América Latina*. América Libre, 2016.
- LAYRARGUES, P.P. . (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004.
- LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C *As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira*. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, mar. 2014.
- LOUREIRO, C.F.B. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOUREIRO, C.F.B. *Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental*. 2ed. São Paulo: Cortez. 2006.
- LOUREIRO, C.F.B. ; LAYRARGUES, P.P. *Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica*. *Revista Trab. educ. saúde* vol.11 no.1 Rio de Janeiro Jan./Abr. 2013.
- MALERBA, Juliana. *A luta por justiça socioambiental na agenda feminista: visibilizando alternativas e fortalecendo resistências*. In: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (Org.). *Mulheres, trabalho e justiça socioambiental*. Recife: SOS Cortpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2010.
- MERLINSKY, G. *Los movimientos de justicia ambiental y la defese de lo comum em América latina. Cinco tesis em elaboración*. In: ALIMONDA, H.;

PÉREZ, C. T; MARTÍN, F. (Org.). *Ecología Política Latinoamericana. Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, v. 2, p.m241-264, 2017.

OLAYA, C. *Nunca más contra nadie. Ciclos de violencia en la historia de San Carlos, un pueblo devastado por la guerra*. 2012. Cuervo Editores. Colombia.

PELACANI, B. *As lutas que educam na América Latina: A Educação Ambiental que emerge do conflito pela água em Cachoeiras de Macacu com um olhar desde a Colômbia*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

REVOLLO PARDO, Catalina. *Traduciendo los Testimonios de las Mujeres Víctimas del Desplazamiento en Colombia*, Rio de Janeiro, 2015. Tesis (Doctorado en Psicosociología de Comunidades y Ecología Social) – Instituto de Psicología, Universidad Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SÁNCHEZ, M.A.T. *Análisis de nuevas dinámicas territoriales por proyectos de infraestructura y su influencia en la generación de conflictos socio ambientales. Caso de estudio: Hidroituango*. (Tesis de maestría en Medio Ambiente y Desarrollo). Universidad Nacional de Colombia Facultad de Minas Departamento de Geociencias y Medio Ambiente Medellín, Colombia. 2013.

SARRIA, J. A. V.; Pelacani, B.; Espinosa, G. M. F.; Renaud, D.; Pereira, C. S. *La Educación Ambiental Comunitaria: Reflexiones, Problemáticas Y Retos*. In: Kassiadou, A; Sánchez, C; Camargo, D; Stortti, M; Costa, R. (org.) *Educação Ambiental desde el Sur*. Macaé: Editora NUPEM, 2018.

SVAMPA, M. *Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina*. Nueva Sociedad. Marzo-Abril. Disponible en: <http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. 2013